

Do trabalho ao capital: Sindicalismo e Fundos de Pensão sob a égide da finança mundializada

Progreso de investigación em curso/Avance de investigación en curso

GT 18 - Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Iuri Roberto Sacramento Ramos *

Resumo

Fruto de atividades realizadas em Grupos de Pesquisa sediados em universidades baianas, este trabalho apresenta a sistematização de um projeto de investigação que tem como escopo a relação desenvolvida entre o sindicalismo brasileiro e as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, os Fundos de Pensão. Com a assim chamada “mundialização financeira”, essas entidades ganharam uma dimensão estrepitosa. No Brasil, dada à trajetória recente das organizações sindicais, a expansão dos Fundos de Pensão é marcada pelo crescimento do número de (ex)sindicalistas que, via eleições e/ou indicações, passaram à condição de gestores do capital dessas instituições. O caso do Sindicato dos Bancários de São Paulo e da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil é, certamente, bastante representativo desse fenômeno.

Palavras chave: Sindicalismo; Fundos de Pensão; Mundialização Financeira

1. Apresentando o debate

Em meio aos desafios colocados pelo desenvolvimento de uma nova morfologia do trabalho, no bojo de um vigoroso complexo de reestruturação produtiva de escala mundial, a mais reconhecida forma de organização dos trabalhadores no Brasil, o sindicato, vive também os seus momentos de reconfiguração.

Quer seja por sua cada vez mais nítida integração às instituições do Estado, quer seja pelas acirradíssimas disputas de cúpula por bases de representação e/ou por meio de variados mecanismos de financiamento, ou mesmo, em virtude da ampliação dos seus espaços de atuação na sociedade civil, o sindicalismo brasileiro, notadamente a partir do final dos anos 1980, vem passando por significativas transformações.

Como pode ser constatado numa rápida mirada em algumas das referências sobre o tema, a análise dessas transformações, de algum tempo, vem sendo objeto de trabalho de argutos pesquisadores mesmo que com diferentes perspectivas de abordagem (Boito Junior, 1991 e 1999; Rodrigues, 1997; Araújo, 2002; Cardoso, 2003; Santana e Ramalho, 2003; Nogueira, 2005; Rossi e Gerab, 2009; Alves, 2006; Matos, 2009). Por isso mesmo já não é nenhuma novidade falar da “burocratização sindical”, do “(neo)corporativismo sindical”, do “sindicalismo propositivo”, de um “sindicalismo de estado”, ou ainda de um “sindicato casa ou empresa”, ou até mesmo de um “sindicato cidadão”.

Em alguma medida, a proposta de investigação que aqui se apresenta está sim relacionada com todas essas caracterizações um tanto quanto usuais na bibliografia sobre sindicatos e sindicalismo no Brasil. Todavia o foco deste nosso olhar dirige-se a um aspecto específico desse problema, que embora não seja inédito, conta ainda com um número reduzido de aportes.

* O autor é professor da Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Relacionando a reconfiguração do sindicalismo no Brasil, em suas variadas facetas, com o processo de “mundialização financeira” (Chesnais, 1998 e 2005), em meio a uma crise capitalista de caráter estrutural (Mészáros, 2009) e com um novo padrão flexível de acumulação em plena vigência (Harvey, 2005), o tema que circunscreve essa investigação corresponde mais exatamente à relação constituída entre a organização sindical brasileira e o segmento hegemônico e mais avançado do capital no país, por meio da sua participação ativa e cada vez mais representativa na gestão dos fundos de previdência, através das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – as EFPC.

2. Delimitando o tema

Ao passo em que o final dos anos 1980 e boa parte da década de 1990 marcaram a incorporação do antes chamado “novo sindicalismo” às formas de organização do modelo sindical de cariz (neo)corporativo, conformando uma forte burocracia, detentora de um portentoso aparato, contando com aparelhos de representação em diversas instâncias, vimos nos primeiros anos deste novo milênio o desenvolvimento de uma nova etapa do sindicalismo brasileiro, que, embora tenha surgido *pari-passu* à burocratização do “novo sindicalismo”, ganha contornos mais nítidos exatamente no período mais recente.

Impulsionada pelas condições advindas da gigantesca arrecadação proporcionada pelas diversas modalidades de contribuições compulsórias e voluntárias feitas pelos trabalhadores e pela gestão de vultuosos recursos originários de fundos públicos também variados (como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, por exemplo), a burocracia sindical mostrou-se apta a disputar um espaço ainda mais significativo em meio à conformação de um segmento especial da atividade econômica responsável direto pela gestão das mais importantes empresas em atividade no país.

Destacando-se como gestores de uma expressão considerável da poupança de centenas de milhares de trabalhadores, que desde o desenvolvimento ulterior do “fordismo periférico” conseguiram amealhar benefícios laborais específicos como o financiamento da complementação previdenciária, bancada, principalmente, pelas empresas estatais, as EFPC assumiram um papel extremamente destacado no desenvolvimento da “financeirização da burocracia sindical”. (Braga e Bianchi, 2011)

Em virtude das potencialidades dos tais fundos de previdência e valendo-se do caráter (neo)corporativista da organização sindical, diversas entidades sindicais dão início, ainda nos 1990, a calorosas disputas em torno da eleição de seus próceres como representantes dos trabalhadores na administração desses recursos previdenciários.

Junto a essas disputas, vai-se ampliando a importância de temas relacionados à previdência complementar em meio às campanhas salariais e os trabalhadores, por meio de suas entidades sindicais, passam a exigir como reivindicações centrais em suas pautas anuais a ampliação da participação de seus representantes, assim como da amplitude dessa representação, na gestão dos seus fundos próprios de aposentadoria.

Embora todo esse processo tenha sido iniciado em administrações anteriores, durante o Governo Lula (2003-2010) a integração de (ex)sindicalistas como gestores de fundos de pensão ganha contornos especiais. A partir de então, além de eleitos pelos trabalhadores em suas cotas de representação, de acordo com os estatutos de cada entidade, os dirigentes sindicais são também indicados pelo governo como patrocinador de fundos ligado a empresas estatais como é o caso, por exemplo, das três maiores EFPC do país: a PREVI, ligada ao Banco do Brasil; a Petros, ligada à Petrobrás; e a FUNCEF, ligada à Caixa Econômica Federal.

A forma como essa participação ganhou destaque na atuação sindical, já marcada pelas características da burocratização, associada à conformação atual do capitalismo brasileiro, com uma forte demanda por investimentos infraestruturais, que por sua vez reivindicam grande capacidade

recursos disponíveis, tornou a conquista de cargos na direção dos fundos não só uma oportunidade, mas um objetivo dos dirigentes. Para tanto, são muitos os discursos legitimadores dos quais lançam mão sindicatos e sindicalistas de maneira a assegurar a sua participação, primeiro nas disputas eleitorais e depois na gestão dessas entidades.

Desde justificativas voltadas à necessidade de acompanhamento e fiscalização do destino da poupança dos trabalhadores até a expectativa alimentada em modelos de gestão que “tornem o capitalismo mais humano”, por meio duma priorização ao investimento produtivo e da definição de “critérios morais” para aplicação de recursos, diversos são os argumentos que compõem o arsenal utilizado pelos sindicatos a fim de justificar a sua atuação.

Como consequência desse fenômeno, é possível identificar um número crescente de indivíduos e entidades sindicais encetados nessa condição. Por isso mesmo, mostram-se recorrentes os questionamentos tanto de ordem política, ligados às demandas cotidianas dos enfrentamentos entre patrões e empregados, quanto aqueles de caráter tipicamente sociológico, calcados em tentativas de definições da condição/posição de classe assumidos por esses sujeitos sociais.

Eis aqui apenas alguns dessas questões:

a) De que maneira podemos caracterizar esses ex-sindicalistas que, egressos da classe trabalhadora organizada, são agora alçados à condição de gestores de um dos agentes mais fulgurantes da finança mundializada?

b) Como podemos compreender as suas opções e mais, suas intervenções em diversas empresas controladas por fundos de pensão, de forma a ampliar o processo de flexibilização e precarização do trabalho por meio de “complexos de reestruturação produtiva” (Alves, 2000) que implantam os novos modelos de gestão e organização da produção com o objetivo de ampliar a capacidade de exploração sobre os trabalhadores?

c) Será que é possível dizer, como sugere Oliveira (2003) em seu já clássico ornitorrinco, que surge uma “nova classe” a partir dos “analistas simbólicos”, de Robert Reich, ou dos “sujeitos monetários” conforme diz o Robert Kurz, na esteira das mudanças no sindicalismo?

d) Será que, como indica Bernardo (1987 e 2008), o “capitalismo dos sindicatos” é um fenômeno inscrito no próprio desenvolvimento da “classe dos gestores”?

e) É possível perceber na adesão dos sindicalistas a argumentos e postulados dos arautos do capital rentista a “formação de uma elite sindical” (Jardim, 2009)?

f) Partindo do pressuposto de que esse é um importante elemento articulador de identidades e de atuação política, seria possível identificar qual a condição/posição de classe desses indivíduos que estão no posto de gestores dos fundos de pensão?

Procurando situar-se numa posição que articule os elementos empíricos desse fenômeno com o debate teórico existente no campo sociológico a investigação intenta analisar a forma como se constitui uma diferenciação na atuação do sindicalismo, que, sob o argumento de uma representação classista e legitimado por processos eletivos internos, tem parte dos seus quadros transformados em gestores diretos do capital financeiro, controlando a (ou pelo menos participando diretamente do controle da) atuação dos maiores investidores individuais de algumas das mais fulgurantes empresas brasileiras.

3. Recortando o objeto

Em consonância com os elementos apresentados até então, a tentativa de compreender e analisar o fenômeno descrito dar-se-á por meio de uma aproximação do campo empírico no qual se situa o objeto a ser analisado e, para tanto, é necessário apresentar o seu recorte mais precisamente.

Dada a sua relevância tanto para o movimento sindical brasileiro, na medida em que se constitui numa das maiores (se não a maior das) categorias de trabalhadores com uma burocracia organizada nacionalmente, como pela preponderância histórica da sua atuação junto aos fundos de pensão, o sindicalismo bancário tornou-se referência para outros segmentos empenhados na mesma tarefa. Foi exatamente entre os bancários que surgiram os primeiros “quadros” do movimento sindical que se tornaram especialistas, por que não dizer, profissionais da relação entre o sindicalismo e os fundos de pensão, dentre esses podem ser citados personalidades como Luiz Gushiken, Ricardo Berzoini e Sérgio Rosa. Os dois primeiros, não por acaso, são ex-presidentes do Partido dos Trabalhadores.

Assim, mais especificamente, o objeto da investigação compreende a relação constituída entre o sindicalismo bancário, em suas mais variadas facções e desinências internas, representado fundamentalmente, pela atuação do Sindicato dos bancários e financeiros de São Paulo Osasco e Região, mas que inclui ainda outras entidades da categoria bancária organizadas nacionalmente como foram/são a CNB/CUT – Confederação Nacional do Bancários/Central Única dos Trabalhadores, depois CONTRAF/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro/Central Única dos Trabalhadores; a CONTEC – Confederação Nacional do Trabalhadores nas Empresas de Crédito; a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil; algumas federações regionais e sindicatos de base; e a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, entidade com o maior patrimônio dentre os fundos privados de previdência complementar da América Latina.

Tendo em conta a peculiaridade da tradicional cultura de organização dos bancários em geral e do funcionalismo do Banco do Brasil em particular, a pesquisa procura incorporar ainda a atuação de organizações representativas dos trabalhadores bancários que embora não componham formalmente a burocracia sindical, estão diretamente ligadas a ela por motivos relacionados à gestão da Caixa de Previdência. São elas: a ANABB – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil; a AAFBB – Associação dos Aposentados e Funcionários do Banco do Brasil; AAPREVI – Associação dos Aposentados e Pensionistas da PREVI; e a ANAPAR – Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão. Para além disso, existem ainda diversas entidades e/ou organizações de variadas matizes, dirigidas, influenciadas ou tensionadas pelos sindicalistas que se colocam na disputa pelo controle da gestão do fundo de pensão e/ou das empresas que são por ele controladas.

4. **Problematizando um pouco mais**

Retomemos então o debate com algumas caracterizações mais gerais. A assim chamada mundialização financeira é, certamente, um dos traços mais pronunciados da atividade econômica no período atual. Marcada por um fluxo cada vez mais frenético das transações e por uma mobilidade alucinante de cifras estratosférica, a finança mundializada logrou assegurar uma hegemonia na definição de estratégias de política econômica de âmbito planetário.

O crescimento espetacular das transações financeiras foi um dos fatos mais significativos da década de [19]80 e já marcou os primeiros anos da década de 90. Efetivamente, a esfera financeira representa a ponta-de-lança do movimento de mundialização da economia; é nessa esfera que as operações do capital envolvem os montantes mais elevados; é aí que sua mobilidade é maior; é aí que, aparentemente, os interesses privados recuperam mais completamente a iniciativa em relação ao Estado. (Chesnais, 1998, p. 11)

A necessidade de liberalização do fluxo financeiro, repetida como um mantra, constituiu-se numa doxa pronunciada em diversas esferas por agentes credenciados do poder hegemônico no intuito de consolidar tanto a fluidez de capitais especulativos entre os quatros cantos do mundo, quanto as condições para uma possível reprodução de um capital fictício em pletora. Com essa configuração, “os

investidores internacionais adquiriram grande influência; isso acarretou o desenvolvimento dos mercados de títulos e a primazia de uma administração de empresas marcada pela vontade dos acionistas.”(Aglietta, 2004a, p. 119)

A verdadeira “ciranda financeira” estabelecida a partir de então trouxe resultados diversos. Ao passo em que potencializou a realização de lucros em atividades estritamente especulativas, abriu também as comportas para a manifestação de “crises financeiras com fatores de risco sistêmico”, como a mexicana (1994-95); a asiática (1997); e a russa (1998). (Aglietta, 2004b), além da crise brasileira (1998-99); e da estadunidense (2008).

Para além das polêmicas sobre a necessidade/possibilidade de regulação dos agentes financeiros postos em movimento por todo o planeta e em meio a uma conjuntura marcada por intervenções que se refletem mundialmente, mostra-se relevante destacar um dos fenômenos econômicos mais característico desses novos tempos, o vertiginoso crescimento do “papel desempenhado pelos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas”. (Farnetti, 1998, p. 183)

Trata-se de instituições específicas das economias americana e britânica, de onde são originárias, e que deram à noção de “investidor institucional” um conteúdo sensivelmente diferente do que nós conhecemos no meio francês. Durante muito tempo considerados como atípicos, os fundos tornaram-se, sem dúvida, as instituições privadas mais decisivas no quadro das finanças mundializadas. (Farnetti, 1998, p. 183)

Valendo-se das características próprias da sua constituição, esses fundos tornaram-se os “players” mais dinâmicos na megalômana movimentação de recursos financeiros que se espalhou por diversos rincões.

Receptáculos privilegiados da poupança financeira dos assalariados das grandes empresas e das famílias afortunadas ao longo dos anos 80-90, num contexto de aumento crescente das desigualdades de renda, os fundos de pensão e os *mutual funds* surgiram como principais atores dos mercados financeiros, transformando a amplitude, a estrutura e o funcionamento desses mercados. (Sauviat, 2005, p. 109)

O desenvolvimento dos regimes de previdência nos Estados Unidos acontece entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 70 (exatamente durante o período de expansão da atividade econômica conhecido como os “trinta gloriosos”) e “esse desenvolvimento fundamentou-se tanto nos incentivos fiscais quanto na pressão dos sindicatos para implantar, no setor privado, regimes de benefícios definidos e melhorar o nível das pensões dos assalariados. (Sauviat, 2005, p. 111)

Com efeito, já a partir das características dessa experiência norte-americana, é possível notar como os sindicatos de trabalhadores estiveram diretamente relacionados com a expansão potencial dos fundos de pensão, atuando no sentido de garantir apoio e estímulos oficiais para implantação e desenvolvimento de regimes próprios de previdência.

Na esteira do estabelecimento de uma finança mundializada, os fundos de pensão (e também os de investimento) passaram a utilizar outros idiomas. Tanto na Europa, como em Ásia e na América Latina desenvolveram-se importantes exemplos de instituições de previdência privada com destacado papel na atividade econômica, alguns no âmbito regional e outros com cacife para incursões intercontinentais.

No caso brasileiro, certamente as experiências de fundos de previdência como a PREVI, PETROS, FUNCEF, VALIA, ou SISTEL, apenas para ficarmos em alguns exemplos, podem dar conta do poder de fogo que essas instituições alcançaram. Para além disso, o caráter peculiar definido pela trajetória da organização sindical no Brasil, contribuiu para o estabelecimento de uma estreita relação entre o

sindicalismo e os tais fundos, o que, por sua vez, tem produzido debates significativos tanto na esfera da política sindical quanto no âmbito da academia.

É certo que esse debate já tem alguns marcos referenciais. Um deles está relacionado com as posições do escritor português João Bernardo, radicado no Brasil desde 1984 e que em 1987, republica dois dos seus textos, agora em formato de uma brochura intitulada: “Capital, sindicatos, gestores”. Já na introdução a essa obra ele nos diz que

A intervenção dos sindicatos na organização do modo de produção tem sido analisada por inúmeros autores e é confirmada pela experiência de todos os dias. Menos conhecido é outro aspecto da sua integração no capitalismo, não apenas como gestores do mercado da força de trabalho, mas como verdadeiros patrões capitalistas. (Bernardo, 1987, p. 14)

A análise de Bernardo, de cara, aponta para a uma certa contradição entre a postura de uma entidade de classe voltada para representação dos trabalhadores na negociação pela compra e venda da força de trabalho e a assunção de posições antípodas na administração de recursos que são voltados para a própria exploração do trabalho.

Em busca de caracterizar o que chama de “capitalismo sindical” (Bernardo, 2008), o autor recorre a experiências variadas, em diversos países, nas quais se verifica uma atuação sindical sustentada na contribuição dos trabalhadores, na negociação sobre a gestão de fundos públicos e numa gestão burocratizada das entidades. Essas características, ainda segundo Bernardo, permitiram aos sindicatos a criação de uma reserva de recursos acumulada coletivamente, mas que possibilitaria às direções gestoras usufruir dos benefícios produzidos.

O debate acerca do tema aqui no país ganha uma nova proporção com a publicação do texto de Francisco de Oliveira, elaborado como uma espécie de atualização e/ou complementação a sua “Crítica à razão dualista” o qual ele chamou de “O ornitorrinco”. No seu opúsculo Chico de Oliveira sugere a constituição de uma “nova classe”, a partir da relação entre os sindicalistas e o capital rentista, expresso no encontro de ambos na gestão dos fundos públicos e privados.

A questão da formação dessa nova classe no capitalismo globalizado na periferia (...) deve ser mais perscrutada. De fato, tanto há um novo lugar da nova classe no sistema, sobretudo no sistema financeiro e suas mediações estatais, o que satisfaz um critério de classe de extração marxista, quanto há uma nova “experiência” de classe nos termos de Thompson: o caso da comemoração do aniversário do ex-tesoureiro da CUT mostra que essa “experiência” lhe é exclusiva, e não pode ser estendida aos trabalhadores em geral; de fato já não são mais trabalhadores. O aniversário seria os novos pubs, lugar de frequência da nova classe. Se nessa frequência ela se mistura com as burguesias e seus executivos, isso não deve levar a confundi-los: seu “lugar na produção” é o controle do acesso ao fundo público, que não é o lugar da burguesia. (Oliveira, 2003, p. 148-9)

É possível perceber que a sua suposição está relacionada com um possível compartilhamento de espaços de sociabilidade e com o usufruto de benefícios e vantagens pessoais auferidos pelos então gestores, capazes de constituir “identidades de interesses comuns” em torno da manutenção de tais “privilégios”. Mas ele continua para explicitar a característica *sui generis* que, segundo ele, marca a formação dessa “nova classe”:

Em termos gramscianos também a nova classe satisfaz as exigências teóricas: ela se forma exatamente num novo consenso sobre Estado e mercado sustentado pela formação universitária que recebeu, e por último é a luta de classes que faz a classe, vale dizer, seu

movimento se dá na apropriação de parcelas importantes do fundo público, e sua especificidade se marca exatamente aqui; não se trata de apropriar os lucros do setor privado, mas de controlar onde se forma parte desse lucro, vale dizer, o fundo público (Oliveira, 2003, p. 149)

Outro aporte também significativo à discussão vem das formulações do professor Roberto Grün, talvez o responsável pelas primeiras abordagens que enfocaram a participação dos sindicalistas na gestão dos fundos de pensão no Brasil. As suas análises sobre as características específicas da conformação do sistema de previdência no Brasil certamente já o credenciam como uma referência incontornável no debate proposto. Para além disso, o seu caráter pioneiro nas análises a respeito da participação dos sindicalistas em esferas de poder tornam-no muito útil para apresentação do problema de investigação que aqui se propõe. Diz ele que:

Assistimos assim a essa dupla entrada das novas elites oriundas do sindicalismo e dos movimentos sociais e ambientais no campo do poder. Elas adentram aportando uma caução importante na esfera legitimatória, reforçando o predomínio das finanças ao estender essa teia a novos e vastos setores da população. Ao lapidarem diversos instrumentos financeiros e assim permitirem a sua difusão muito mais ampla em benefício próprio e também dos seus concorrentes no espaço econômico, elas estão construindo um nicho para si mesmas no espaço financeiro e no campo do poder. (Grün, 2009, p. 173)

Vê-se que na análise de Grün não são só os sindicalistas que estão na berlinda. Militantes de movimentos sociais e ambientais, para ele, também são parte do “problema”. É sua a caracterização da chamada “financeirização de esquerda”, por meio da qual ele busca compreender os dilemas e desafios de uma tal “recomposição das elites” em torno da distribuição das relações de poder em meio a uma economia mundialmente financeirizada.

Através da nossa “financeirização de esquerda”, o artil da razão social empurra para o âmbito das finanças e para o campo do poder em geral lideranças de setores da sociedade que em estados anteriores do campo do poder poderiam opor severa resistência aos seus ditames. Essas novas elites freiam e filtram as pressões sociais, em especial aquelas específicas de seus espaços de atuação iniciais, ao mesmo tempo em que escavam seus lugares na nova configuração. Assim fazendo, elas aumentam a estabilidade e a legitimidade do campo financeiro e do campo do poder na sua generalidade. (Grün, 2009, p.174)

No rastro da produção elaborada por Grün, surge a mais ampla e sistematizada avaliação acerca dessa relação entre os sindicatos e os fundos de pensão até então produzida no Brasil, exatamente a partir de sua orientação numa pesquisa de doutorado desenvolvida por Maria A. Chaves Jardim e que foi posteriormente publicada pela editora Annablume, com o título “Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula”.

Após uma criteriosa investigação que incluiu incursões pelos sistemas previdenciários dos Estados Unidos, Canadá e principalmente da França, Jardim procura demonstrar como aqui no Brasil a atuação dos sindicalistas no mercado financeiro por meio dos fundos de pensão influenciou e foi influenciada pelas definições da macropolítica no governo Lula.

Participando da gestão de importantes empresas privadas e estatais, esses (ex)sindicalistas vão ser responsáveis por produzir espaços próprios de ingerência e de disputas de hegemonia em torno da orientação política do governo.

Ela demonstra ainda como por meio de discursos em torno de uma pretensa “moralização do capitalismo”, ou ainda sobre uma tal “função social do crédito” (sic), definida pela suposta capacidade dos fundos em promover um desenvolvimento sustentável, investindo na atividade produtiva e na infraestrutura e transformando-se em “importante instrumento de inclusão social do país” (Jardim, 2009) os sindicalistas procuraram legitimar a sua participação e posterior permanência na gestão dos fundos de pensão, influenciando diretamente em diversas esferas do poder de Estado, e definindo uma “recomposição das elites” no país que agora passaria a acomodar uma recém formada “elite sindical”.

Tentando definir a atuação dos sindicatos a partir do lugar que ocupam na gestão dos fundos de pensão, Jardim conclui o seu trabalho dizendo:

Finalmente, o contexto de novas estratégias sindicais pode ser definido como a busca de respostas para uma possível “crise das estratégias e finalidades tradicionais” que assola de certo modo o setor, sugerindo novas formas de organizar e de pensar as relações capital/trabalho. Mesmo com poder limitado no mercado financeiro, os sindicatos têm (re)encontrado seu lugar social e podem ser considerados, em certa medida, atores da nova governança brasileira. (Jardim, 2009, p. 243)

Por sua vez, em uma perspectiva fortemente influenciada por uma análise das ações da política de Estado como que subsumida à historicidade das lutas de classe, uma consistente abordagem feita por Ruy Braga (2012) a respeito do problema desenvolve uma periodização acerca da trajetória do que chama de “classismo prático” em meio ao desenvolvimento do sindicalismo no Brasil e aponta para a compreensão da atuação sindical contemporânea no escopo do seu processo de burocratização, relacionado com o desenvolvimento e crise do fordismo periférico.

Buscando compreender um caráter mais significativo e de maior repercussão desse processo, Braga desenvolve a ideia de que a hegemonia lulista representaria “uma revolução passiva à brasileira”, sustentada no “consentimento passivo das classes subalternas” e no “consentimento ativo das direções sindicais, seduzidas por posições no aparato estatal, além das incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão.” (Braga, 2012, p. 181)

No centro desse processo, ainda segundo Braga agora junto com Bianchi, estaria o Sindicato dos Bancários de São Paulo, conhecido popularmente entre os militantes do movimento sindical como “O Império” (sic).

É possível dizer que a cúpula dos bancários de São Paulo foi o principal meio de ligação da aliança da aliança afiançada por Lula da Silva entre a burocracia sindical petista e o capital financeiro. Na verdade, o cimento deste pacto foram os setores da burocracia sindical que se transformaram em gestores dos fundos de pensão e dos fundos salariais. O Sindicato do Bancários de São Paulo forneceu os quadros políticos para essa operação. (Bianchi e Braga, 2011, p. 1)

Todavia, as formulações de Braga rejeitam e confrontam-se com aquelas que propugnam ou sugerem a formação de uma “nova classe” e, nesse sentido apontam para a caracterização de um processo particular.

Em 2003, ao mesmo tempo em que Chico de Oliveira adiantava sua afamada tese sobre as bases sociais da conversão petista ao rentismo, Alvaro Bianchi e eu levantamos a hipótese de que o vínculo orgânico “transformista” da alta burocracia sindical com os fundos de pensão poderia não ser suficiente para gerar uma “nova classe”, mas, seguramente pavimentaria o caminho sem volta do novo sindicalismo rumo ao regime de acumulação

financeira globalizado. Chamamos esse processo de “financeirização da burocracia sindical”. (Braga, 2012, p. 141)

Dessa maneira é que se coloca o problema em análise. Na medida em que: é possível identificar alterações significativas na atuação do sindicalismo, em suas relações com os trabalhadores, com o Estado e com a sociedade de uma maneira geral; é possível verificar um processo vigoroso de participação de ex-dirigentes sindicais na gestão de fundos de pensão e de empresas controladas por estes; é possível reconhecer a hegemonia do capital financeiro no controle do atual padrão de acumulação; é possível perceber uma influência significativa desses segmentos nos espaços de atuação política... Como então podemos caracterizar sociologicamente a condição/posição de classe desses indivíduos que destacados da sua origem classista atuam como gestores do capital? Seria possível “constatar” o surgimento/formação de uma nova classe? Ou estamos falando de uma “conversão”, ou, nos termos de Gramsci, de um “transformismo” que sustenta o sistema de hegemonia em funcionamento no país?

5. Para concluir, mais hipóteses

Como dito no início, esta comunicação corresponde a uma tentativa de sistematizar uma proposta de investigação ainda em projeto, nesse sentido é que, ao invés de definições conclusivas, são apresentadas algumas das hipóteses com as quais o trabalho deverá debater-se. São elas:

a) Dado ao papel cada vez mais importante dos temas relacionados à previdência complementar em meio aos debates para construção das pautas de reivindicação dos bancários é possível identificar características de uma ação deliberada das entidades sindicais e seus dirigentes no sentido de assegurar uma participação consistente e progressiva de “representantes dos trabalhadores na gestão do seu patrimônio previdenciário”;

b) O aumento dessa participação de dirigentes na gestão dos fundos garantiu a formação de uma “elite sindical” que se voltou para uma especialização da sua atuação como “gestores do capital financeiro”, criando mecanismos próprios para assegurar a sua permanência pessoal e/ou dos seus “camaradas” nessa (nova?) condição/posição (de classe?) política e social.

c) As transformações ocorridas por meio da inserção do tema da previdência complementar com um caráter preponderante entre as demandas dos bancários são características de uma mudança na atuação sindical marcada por uma maior “profissionalização” das entidades e que teria contribuído significativamente para uma espécie de “financeirização da burocracia sindical”.

d) Dados os contornos que assumiram em função da sua importância política e do papel que cumprem na conformação do capitalismo no Brasil, os ex-sindicalistas, alçados à condição de gestores do capital financeiro, em um dos segmentos mais portentoso da finança mundializada, em associação direta com capital rentista clássico e numa relação de representação política nas esferas do Estado, caracterizariam aquilo que o Gramsci (2002) chamou de “transformismo”.

Os desafios colocados e que estimulam essa investigação partem da necessidade de compreender a amplitude bem como algumas das especificidades desse fenômeno. Entre os militantes do movimento sindical já não são poucas as polêmicas em torno da validade/oportunidade e, mais ainda, dos resultados da participação dos sindicalistas na gestão dos fundos. Com acusações de parte a parte, questiona-se, fundamentalmente, a quem mais serve essa integração.

Do ponto de vista da teoria sociológica, os também aguçados debates partem de elementos ainda mais sensíveis como aqueles relacionados à validade analítica da categoria classe social enquanto articuladora de identidades políticas ainda capaz de dar conta dos fenômenos sociais da

contemporaneidade. E continuam mobilizando investigações e produzindo novas e qualificadas inserções. Da mesma maneira, as transformações mais recentes na morfologia da classe trabalhadora, como resultado do novo padrão de acumulação flexível e do desenvolvimento de novos modelos de gestão e organização do trabalho, têm produzido manifestações diversas que vão desde a tentativa de caracterizar a singularidade desse processo histórico até o próprio questionamento quanto à centralidade da classe ou mesmo do trabalho como constituidor de sociabilidades em meio às fragmentações do mundo contemporâneo.

Assim, pesquisas empíricas que tentem capturar elementos do real capazes de iluminar assunções sobre as características dessas transformações, têm-se mostrado bastante úteis e cada vez mais necessárias. Mesmo reconhecendo, desde já, os limites do trabalho aqui delineado, enquanto um estudo de caso específico, a amplitude dos fenômenos em análise e a possibilidade de mobilização de fontes e documentação privilegiadas sugerem boas expectativas no sentido de apreender movimentações do campo empírico em relação ao debate em curso quanto à caracterização da condição/posição (de classe) desses (novos) sujeitos políticos e sociais.

6. Bibliografia

AGLIETTA, Michel. Macroeconomia financeira I - Mercado financeiro, crescimento e ciclos. São Paulo, Loyola, 2004a.

_____. Macroeconomia financeira II – Crises financeiras e regulação monetária. São Paulo, Loyola, 2004b.

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo. Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. O novo sindicalismo no Brasil. 2ª ed. Campinas, SP. Pontes, 1995.

ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2006.

ARAÚJO, Angela (Org.). Do corporativismo ao neoliberalismo – Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo. Boitempo, 2002.

BERNARDO, João. Capital, sindicato, gestores. São Paulo. Vértice, 1987.

BERNARDO, João e PEREIRA, Luciano. Capitalismo sindical. São Paulo. Xamã, 2008.

BIANCHI, Alvaro e BRAGA, Ruy. A financeirização da burocracia sindical no Brasil. Correio da Cidadania, 2011. Disponível em: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5816&Itemid=79. Acessado em: 08.08.2013.

BOITO JÚNIOR, Armando. O sindicalismo de estado no Brasil – Uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas e São Paulo. Editora da UNICAMP e HUCITEC, 1991.

_____. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo. Xamã, 1999.

BRAGA, Ruy. A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista. São Paulo. Boitempo, 2012.

CARDOSO, Adalberto Moreira. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo. Boitempo, 2003.

CHESNAIS, François (Org.). A mundialização financeira – gênese, custos e riscos. São Paulo. Xamã, 1998.

_____. A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo. Boitempo, 2005.

FARNETTI, Richard. O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas. In: CHESNAIS, François (org.). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo. Xamã, 1998.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol. 5. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

GRACIOLLI, Edilson José. Privatização da CSN – da luta de classes à parceria. São Paulo. Expressão Popular. 2007.

GRÜN, Roberto. O "nó" dos fundos de pensão. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 2005, p. 19-31.

_____. Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, 2005, p. 67-90.

_____. Financeirização de esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI. Tempo Social, v. 21, 2009, p. 153-184.

_____. Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias. Mana – Estudos de Antropologia Social, 9 (2): 2003, 7-38.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo. Edições Loyola, 1992.

JARDIM, Maria A. Chaves. Entre a solidariedade e o risco – Sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula. São Paulo. Annablume; FAPESP, 2009.

JARDIM, Maria A. Chaves (Org.). A natureza social das finanças – fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites. Bauru, SP. Edusc. 2011.

LOJKINE, Jean. O tabu da gestão – a cultura sindical entre a contestação e a proposição. Rio de Janeiro. DP&A, 1999.

MATOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo. Expressão popular. 2009.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo. Boitempo, 2009.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. A liberdade desfigurada – a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. São Paulo. Expressão Popular. 2005.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista – O ornitorrinco. São Paulo. Boitempo. 2003.

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e política – a trajetória da CUT. São Paulo. Scritta, 1997.

RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). O Novo sindicalismo – Vinte anos depois. Petrópolis. Vozes, 1999.

ROSSI, Waldemar e GERAB, William Jorge. Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 14 No 41, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). Além da fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo. Boitempo, 2003.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François. A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo. Boitempo, 2005.

THÉRET, Bruno. O debate crítico francês sobre os fundos de pensão na virada do terceiro milênio. In JARDIM, Maria A. Chaves (Org.). A natureza social das finanças – fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites. Bauru, SP. Edusc. 2011.

WAGNER, Anne-Catherine. Dirigentes e sindicalistas na mundialização: Reconfiguração das relações sociais e emergência de novos atores. In: JARDIM, Maria A. Chaves (Org.). A natureza social das finanças – fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites. Bauru, SP. Edusc. 2011.